



1ª Reunião Preparatória
**XIV Encontro Nacional
do Poder Judiciário**

Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

Biênio 2018/2019



Poder
Judiciário

Realização:



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

SOBRE O QUESTIONÁRIO

O questionário “Avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2018/2019” teve por objetivo realizar o acompanhamento dos Macrodesafios do Poder Judiciário, estabelecidos pela Resolução CNJ n. 198 de 1º de julho de 2014, e da aprendizagem na execução das Metas Nacionais 2019.

Esse questionário foi realizado por meio eletrônico entre os dias 19 de dezembro de 2019 e 31 de janeiro de 2020, e enviado aos 90 tribunais brasileiros e aos Conselhos de Justiça.

SOBRE O QUESTIONÁRIO

Ao todo, 84 tribunais e dois Conselhos responderam ao questionário, 91,3% do público-alvo:

- **3 Tribunais Superiores (STJ, TST e STM);**
- **Os dois Conselhos (CJF e CSJT);**
- **27 Tribunais de Justiça;**
- **5 Tribunais Regionais Federais;**
- **3 Tribunais Militares Estaduais;**
- **21 Tribunais Regionais do Trabalho;**
- **25 Tribunais Regionais Eleitorais.**

Apenas seis tribunais não enviaram suas respostas, sendo 1 tribunal superior, 3 tribunais regionais do trabalho e 2 tribunais regionais eleitorais.

SOBRE O QUESTIONÁRIO

O questionário “Avaliação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2018/2019” foi dividido em duas seções:

- Acompanhamento da execução da Estratégia no âmbito dos tribunais e conselhos, a fim de verificar a realização de iniciativas estratégicas para o alcance de cada Macrodesafio no biênio 2018–2019; e**
- Aprendizagem na execução das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019.**



Macrodesafios	Segmentos	Órgãos que responderam à pesquisa	Órgãos com iniciativas concluídas	Grau de Aderência
Garantia dos direitos de cidadania	Todos	86	80	93,02%
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Todos	86	58	67,44%
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Todos	86	82	95,34%
Adoção de soluções alternativas de conflito	STJ, Federal, Trabalho e Estadual	57	46	80,70%
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	STJ, Federal, Trabalho e Estadual	57	43	75,43%



Macrodesafios	Segmentos	Órgãos que responderam à Pesquisa	Órgãos com iniciativas concluídas	Grau de Aderência
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	Federal, Trabalho e Estadual	56	47	83,92%
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Federal, Estadual, Militar	37	34	91,89%
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Eleitoral	25	23	92%
Melhoria da gestão de pessoas	Todos	86	7	89,53%
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Todos	86	66	76,74%
Instituição da governança judiciária	Todos	86	78	90,69%
Melhoria de infraestrutura e governança de TIC	Todos	86	78	90,69%

GRAU DE ADERÊNCIA – SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Macrodesafios da Estratégia Nacional 2015–2020	Grau de Aderência 2018–2019				
	Eleitoral	Estadual	Federal	Militar Estadual	Trabalho
Garantia dos direitos de cidadania	96%	96,30%	80%	100%	90,48%
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	80%	62,96%	80%	66,67%	57,14%
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	96%	96,30%	100%	100%	95,24%
Adoção de soluções alternativas de conflito	NP	85,19%	100%	NP	76,19%
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	NP	77,78%	80%	NP	76,19%

GRAU DE ADERÊNCIA – SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Macrodesafios da Estratégia Nacional 2015–2020	Grau de Aderência 2018–2019				
	Eleitoral	Estadual	Federal	Militar Estadual	Trabalho
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas	NP	77,78%	100%	NP	90,48%
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	NP	92,59%	100%	100%	NP
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	92%	NP	NP	NP	NP
Melhoria da gestão de pessoas	96%	85,19%	80%	100%	90,48%
Aperfeiçoamento da gestão de custos	84%	66,67%	80%	66,67%	85,71%
Instituição da governança judiciária	96%	92,59%	80%	33,33%	100%
Melhoria de infraestrutura e governança de TIC	92%	92,59%	100%	100%	85,71%

GRAU DE ADERÊNCIA – SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Nos Conselhos de Justiça, destaca-se o Macrodesafio Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas que alcançou 100% de aderência:

Nos Tribunais Superiores obteve aderência de 100% em cinco Macrodesafios:

- **Garantia dos direitos de cidadania;**
- **Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;**
- **Aprimoramento da justiça criminal;**
- **Melhoria da gestão de pessoas; e**
- **Instituição da governança judiciária.**

GRAU DE ADERÊNCIA – SEGMENTOS DE JUSTIÇA – ALGUNS DESTAQUES

- Destaca-se em relação à execução da Estratégia Nacional o **Macrodesafio CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**, que obteve aderência superior a 95% em todos os segmentos.
- Na Justiça Eleitoral, os Macrodesafios **GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA, CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS e INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA** foram os que tiveram maior número de tribunais com iniciativas estratégicas concluídas. Os quatro obtiveram grau de aderência de 96%.
- A Justiça Estadual aferiu grau de aderência de 96,30% referente aos Macrodesafios **GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA** e **CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**.

GRAU DE ADERÊNCIA – SEGMENTOS DE JUSTIÇA – AIGUNS DESTAQUES

Na Justiça Federal, destacam-se cinco Macrodesafios que alcançaram 100% de aderência:

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Adoção de soluções alternativas de conflito;
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal; e
- Melhoria de infraestrutura e governança de tic.

A Justiça Militar Estadual obteve aderência de 100% em cinco Macrodesafios:

- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Aprimoramento da justiça criminal;
- Melhoria da gestão de pessoas; e
- Melhoria de infraestrutura e governança de tic.

Na Justiça do Trabalho, o destaque foi o grau de aderência de 100% no Macrodesafio Instituição da governança judiciária.

COMPARATIVO DO GRAU DE ADERÊNCIA DOS MACRODESAFIOS 2015 a 2019

Entre os tribunais superiores, o Macrodesafio “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal” foi priorizado em todos os períodos de análise;

Os Conselhos de Justiça, avaliados nos biênios 2016-2017 e 2018-2019, não priorizaram o Macrodesafio “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal” nesses períodos, por outro lado, o Macrodesafio “Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC” foi priorizado nos dois biênios por todos os conselhos.

COMPARATIVO DO GRAU DE ADERÊNCIA DOS MACRODESAFIOS 2015 a 2019

Na Justiça Eleitoral, em todos os períodos o Macrodesafio “Garantia dos Direitos de Cidadania” foi priorizado por quase todos os tribunais regionais eleitorais, em contrapartida, o Macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa” foi o menos priorizado por esse segmento de justiça.

Na Justiça Estadual, o Macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional” foi o mais priorizado no período de 2015 a 2019, já o Macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa” foi o que teve menos ações e iniciativas relatadas pelos tribunais de justiça.

Na Justiça Federal, o Macrodesafio “Adoção de soluções alternativas de conflito” foi priorizado pela maioria dos tribunais regionais federais no período de 2015-2019.

COMPARATIVO DO GRAU DE ADERÊNCIA DOS MACRODESAFIOS 2015-2020

Na Justiça Militar Estadual, destaca-se o Macrodesafio “Melhoria de Infraestrutura e governança de TIC”, o qual foi priorizado por todos os tribunais no período de 2015-2019. Por outro lado, o Macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa” foi o menos priorizado nesse período.

Na Justiça do Trabalho, o Macrodesafio “Instituição da governança judiciária” foi impulsionado ao longo dos anos, de forma que no biênio 2018-2019 todos os TRTs priorizaram esse Macrodesafio. Em contraponto, o Macrodesafio “Combate à corrupção e à improbidade administrativa” foi o que teve menos ações e iniciativas no período.



1ª Reunião Preparatória
XIV Encontro Nacional
do Poder Judiciário

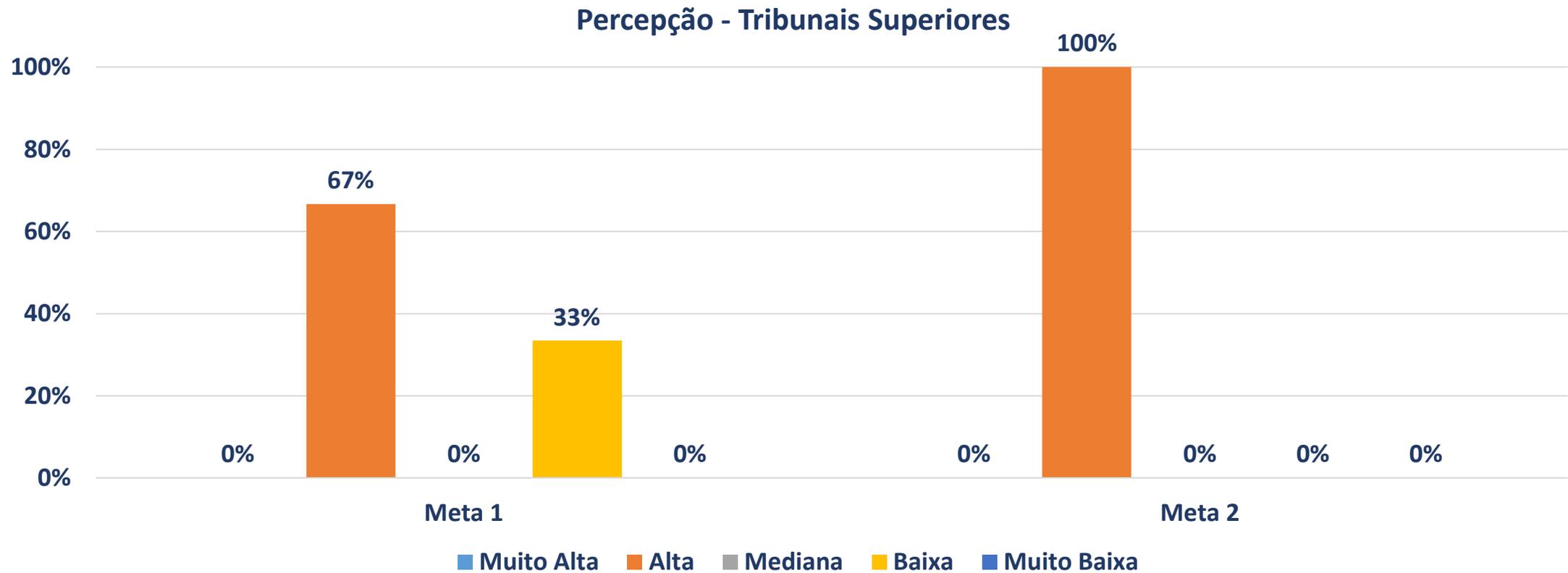
APRENDIZAGEM NA EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2019

APRENDIZAGEM NA EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Buscou captar a percepção dos tribunais brasileiros a respeito da complexidade da execução das Metas Nacionais, em contraponto aos resultados aferidos no ano de 2019.

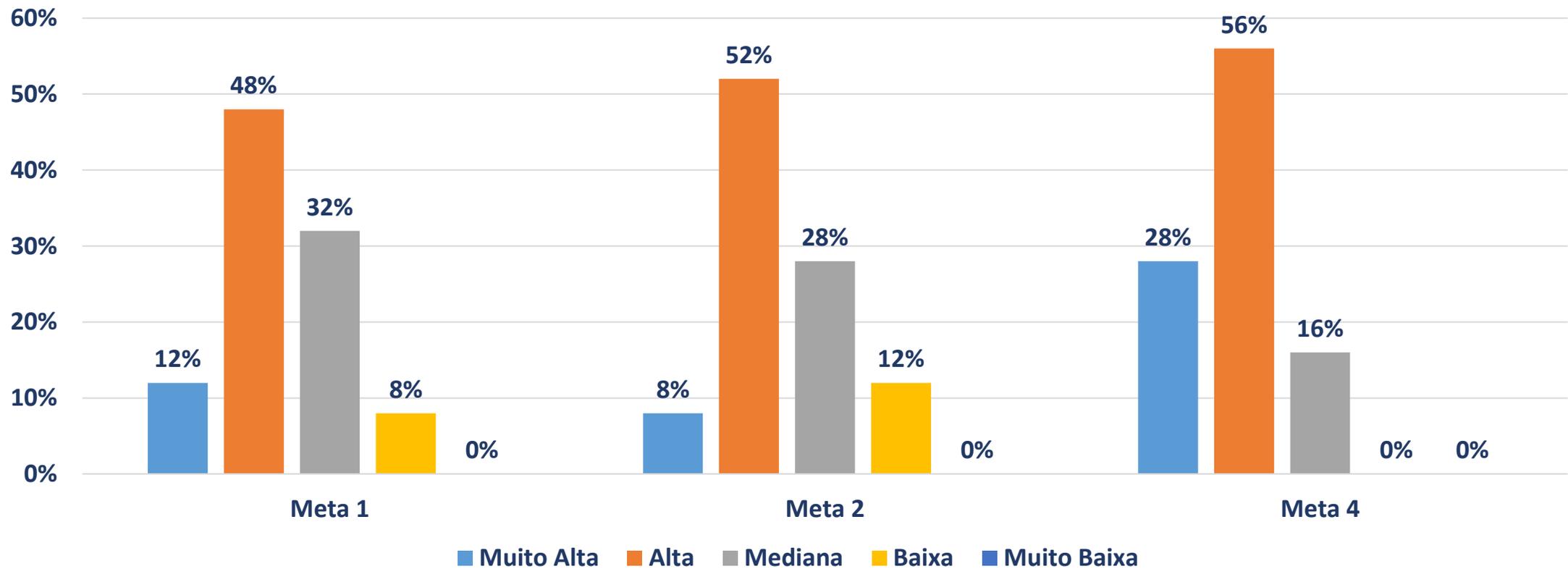
Assim, para cada Meta Nacional, o tribunal deveria indicar o grau de complexidade para o cumprimento da Meta, os fatores influenciadores de sua execução e as ações tomadas para melhorar o desempenho na Meta.

COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS



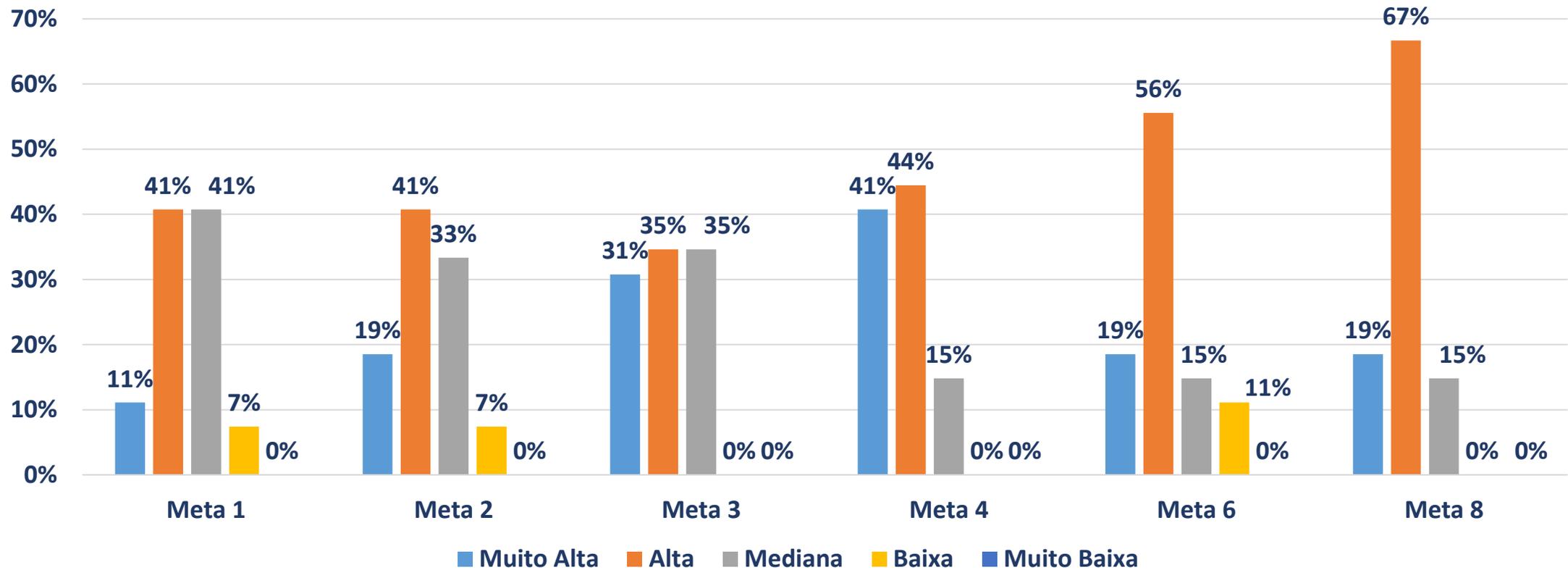
COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Percepção - Justiça Eleitoral



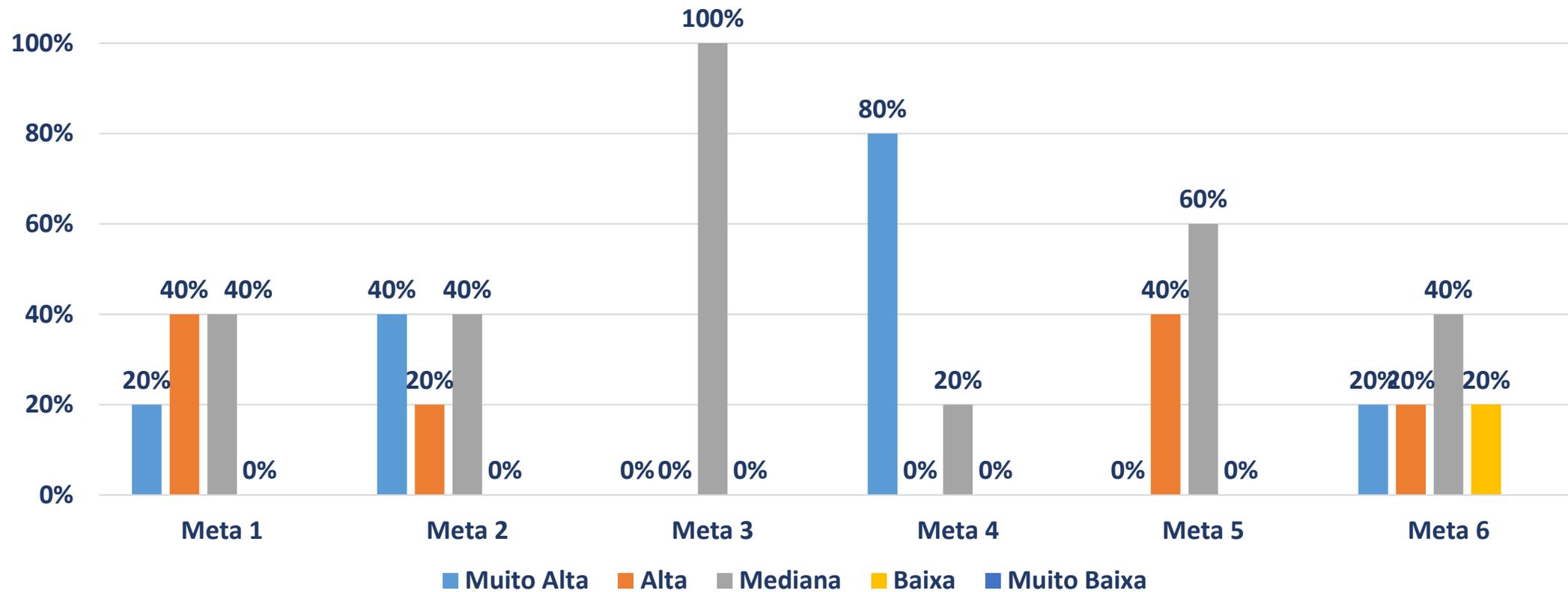
COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Percepção - Justiça Estadual



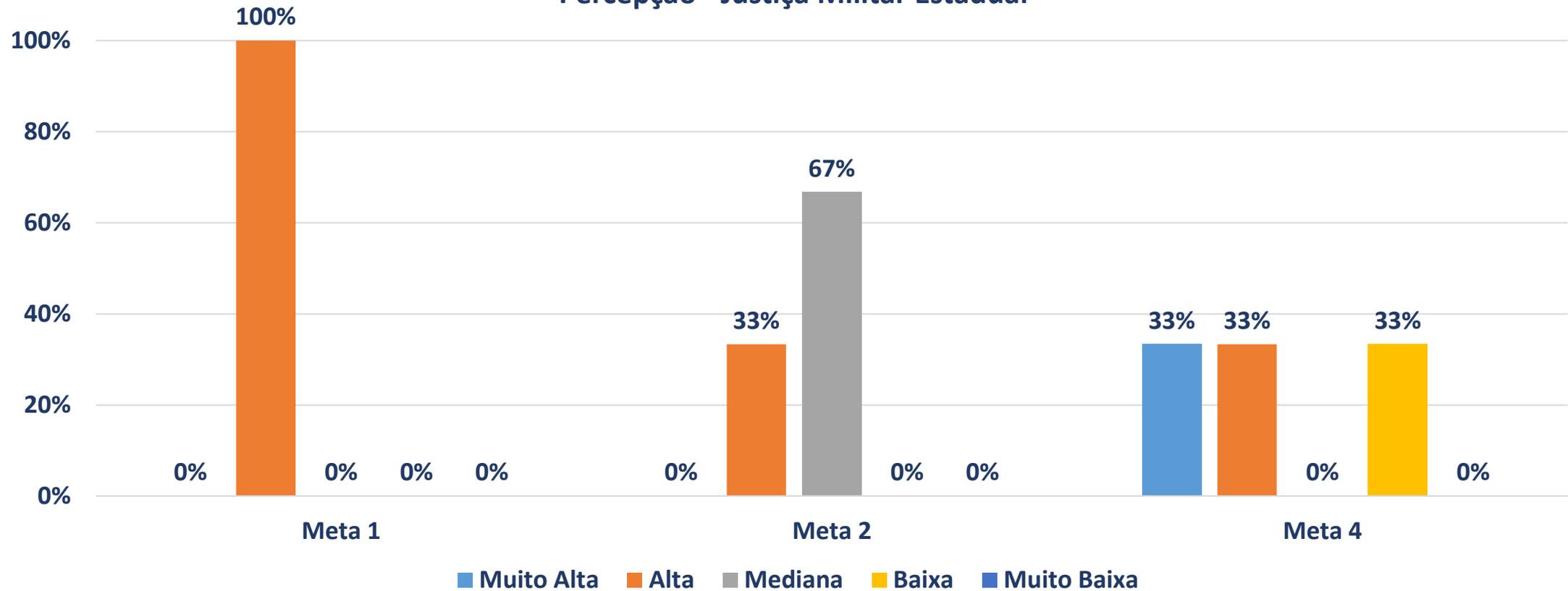
COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Percepção - Justiça Federal



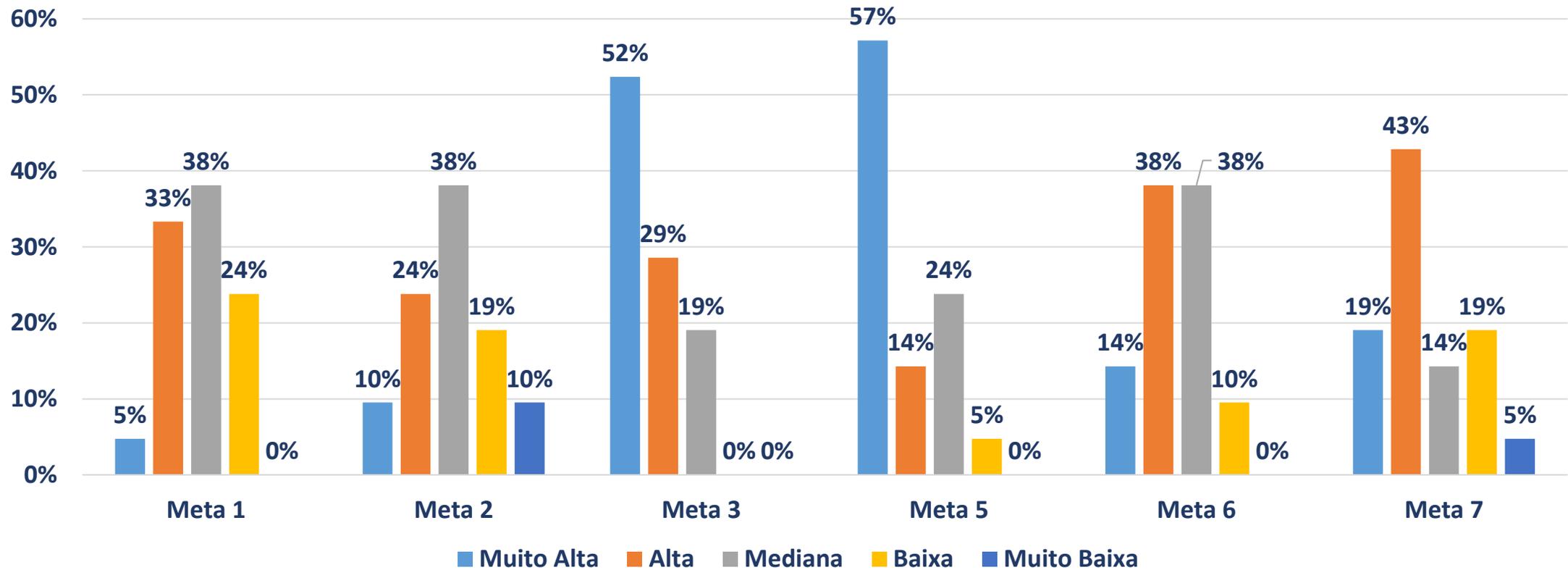
COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Percepção - Justiça Militar Estadual



COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Percepção - Justiça do Trabalho



COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

Panorama para Meta 1 e Meta 2, que abrangem todos os segmentos de justiça:

- Meta Nacional 1: 44% dos tribunais respondentes consideram alta a sua complexidade de execução;
- Meta Nacional 2: 42% dos respondentes perceberam sua execução como de alta complexidade também.

A Meta Nacional 3, com foco em conciliação, foi avaliada:

- Justiça Federal, como de complexidade mediana;
- Justiça Estadual, como de complexidade alta;
- Justiça do Trabalho, como de complexidade muito alta.

A Meta Nacional 4, busca priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, foi avaliada:

- STJ, Justiça Militar, Justiça Estadual, Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, em sua maioria, como de complexidade alta e muito alta pelos respondentes.

COMPLEXIDADE DE EXECUÇÃO DAS METAS NACIONAIS

A Meta Nacional 5, focada em impulsionar processos à execução, foi avaliada:

- Justiça Federal, como de complexidade mediana;
- Justiça do Trabalho, como de complexidade muito alta.

A Meta Nacional 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – e a Meta Nacional 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos – foram consideradas pela maioria dos respondentes como alta.

A Meta Nacional 8, tem o intuito de priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres, compromisso assumido pela Justiça Estadual que avaliou a sua complexidade de execução como alta.

FATORES QUE IMPACTARAM NO DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS

Fatores positivos mais citados:

- maior acompanhamento das metas;
- engajamento de magistrados e servidores;
- divulgação do resultado das metas;
- implantação e aperfeiçoamento de sistemas.

Fatores negativos mais citados:

- déficit na força de trabalho;
- restrição orçamentária;
- elevado número de processos.



1ª Reunião Preparatória
XIV Encontro Nacional
do Poder Judiciário

Obrigada!

Departamento de Gestão Estratégica

dge@cnj.jus.br

2326-5303